

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.354 - AC (2019/0143620-1)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : FRANCISCO LEOCELIO MORAES RODRIGUES
ADVOGADO : ANA PAULA MORAIS DA ROSA E OUTRO(S) - AC003217A
RECORRIDO : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FRANCISCO LEOCELIO MORAES RODRIGUES, com base na alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região assim ementado (e-STJ fl. 176):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR. REAJUSTE DE 28,86%. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. DECLARAÇÃO DE PRESCRIÇÃO PARCIAL E DE COISA JULGADA. AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE ANÁLISE EM PRELIMINAR DA APELAÇÃO. DESNECESSIDADE. IDENTIDADE DAS QUESTÕES TRATADAS EM AMBOS OS RECURSOS. AGRAVO RETIDO PREJUDICADO. QUESTIONAMENTO QUANTO AOS VALORES ACORDADOS. PRESCRIÇÃO TOTAL. PAGAMENTO DAS PARCELAS DO ACORDO CELEBRADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DATA DA QUITAÇÃO DE CADA UMA DAS PARCELAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPENSAÇÃO. DEDUÇÃO DO CRÉDITO EXEQUENDO. IMPOSSIBILIDADE. GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

1 Sendo a matéria discutida no agravo retido novamente analisada na sentença proferida não se mostra necessário que, em preliminar da apelação, seja feito o pedido para a análise daquele recurso, isto em razão da situação de prejudicialidade verificada em casos que tais.

2. De fato, se a apelação já ataca a sentença nos pontos idênticos ao da decisão agravada, mostra-se redundante o exame repetido de ambos os recursos.

3. Celebrada a transação com vistas ao pagamento administrativo de diferenças do reajuste de 28,86%, o questionamento dos valores do referido ajuste deve ser feito dentro do quinquênio a que ele se seguiu. Na espécie, ajuizada a ação depois desse prazo, encontra-se integralmente prescrita a pretensão voltada à retificação do valor principal acordado.

4. No que se refere à discussão do quantum pago parceladamente, em razão da não incidência de atualização monetária, a prescrição começa a fluir a partir de cada uma das quitações levadas a efeito, isto porque desde cada uma delas o servidor já poderia ter questionado a sua correção.

5. Como regra, a simples percepção de verbas alimentares quitadas com atraso não tem o condão de alterar a condição de hipossuficiência da parte credora reconhecida na fase de conhecimento, daí porque não e há de falar em dedução do crédito exequendo dos valores referentes aos honorários advocatícios fixados em favor da outra parte. A parcela permanece com sua exigibilidade suspensa, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 1.060/50.

6. Agravo retido prejudicado.

7. Prescrição decretada de ofício em relação ao pleito mencionado no item 3, ficando prejudicada a apelação, nesse ponto.

8. Apelação parcialmente provida.

Nas suas razões, a parte recorrente aponta divergência jurisprudencial respeitante ao art. 4º do Decreto 20.910/1932.

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões às e-STJ fls. 210/211.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal de origem às e-STJ fls. 277/285.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feita essa consideração, observa-se que a irresignação recursal não merece prosperar.

No que toca às alegações relacionadas ao art. art. 4º do Decreto 20.910/1932, dispositivo supostamente objeto de divergência jurisprudencial, registre-se que o presente apelo nobre carece do requisito constitucional do prequestionamento.

Conquanto não seja exigida a menção expressa ao dispositivo de lei federal, a admissibilidade do recurso na instância excepcional pressupõe que a Corte de origem tenha se manifestado sobre a tese jurídica apontada pelo recorrente. Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição da Súmula 282 do STF, *in verbis*: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.”

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Sem majoração da verba honorária (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado Administrativo 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator